

# A pedagogia da imagem: o uso da imagem como fonte e lugar de história e memória do Estado Novo

*La pedagogía de la imagen: el uso de la imagen como fuente y lugar de la historia y la memoria del Nuevo Estado*

*The pedagogy of image: the use of the image as a source and place of history and memory of the New State*

Elaine Silveira Mello Silva<sup>1</sup>

Rita de Cássia Grecco dos Santos<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo apresenta breve análise, sobre a importância da imagem como fonte e lugar de história e memória para a pesquisa histórica. Para isso, se analisou algumas imagens representativas, nas quais foram criadas durante o Estado Novo (1937-1945), pelo Departamento de Imprensa e Propaganda DIP, no sentido de propagar a ideologia de patriotismo e também, a “imagem” de Getúlio Vargas, como sendo um líder justo, carismático pelas crianças e provedor do Estado. Também, tinha como meta o desenvolvimentismo/nacionalismo do país como um bem dos trabalhadores. Ainda apresentamos uma reflexão sobre a educação nesse contexto, bem como uma singela mostra de como foi representada a infância ao longo da história e, ainda a abordagem feita pelo governo no sentido de inculcar nas crianças esses ideais, por ele defendidos. Usou-se essa metodologia, pois entendemos que as imagens são artefatos-culturais e que podem nos surpreender a cada leitura que lhe fazemos, sendo essa uma importante fonte para o estudo da história e memória.

Palavras-chave: história e memória, política, infância, Estado Novo.

## Resumen

Este artículo presenta un breve análisis sobre la importancia de la imagen como fuente y lugar de la historia y la memoria para la investigación histórica. Para ello, analizamos algunas imágenes representativas, en las que fueron creadas durante el nuevo estado (1937-1945), por el Departamento de prensa y de propaganda DIP, con el fin de propagar la ideología del patriotismo y también, la "imagen" de Getúlio Vargas, como siendo Un líder justo y carismático para los niños y el proveedor del estado. También, tenía como su meta el desarrollo/el nacionalismo del país como buen de los trabajadores. También presentamos una reflexión sobre la educación en este contexto, así como un simple espectáculo de cómo la niñez estuvo representada a lo largo de la historia y, aun así, el enfoque del gobierno para inculcar en los niños estos ideales, defendidos por ella. Se utilizó esta metodología, porque entendemos que las imágenes son artefactos culturales y que pueden sorprendernos con cada lectura que hacemos, y esto es un importante para el estudio de la historia y la memoria.

Palabras clave: historia y memoria, política, niñez, nuevo estado.

## Abstract

This article presents a brief analysis on the importance of using the image as source and place of history and memory for historical research. For that, we analyzed some representative images, which were created during the Estado Novo (1937-1945), by the Department of Press and Propaganda DIP, in order to propagate the ideology

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em História (PPGH) FURG; Rio Grande; RS; Brasil; [elainesilveiramellosilva@hotmail.com](mailto:elainesilveiramellosilva@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação - Filosofia e História da Educação pela UFPEL; Pelotas; Rio Grande do Sul; Brasil; [ritagrecco@yahoo.com.br](mailto:ritagrecco@yahoo.com.br)

of patriotism and also, the "image" of Getúlio Vargas, as being a just, charismatic leader for children and provider of the state. Also, it aimed at the developmentalism / nationalism of the country as a good of the workers. We also present a reflection on education in this context, as well as a simple example of how childhood was represented throughout history and also the approach taken by the government to instill in children these ideals that they defended. This methodology was used because we understand that the pedagogy of the image can surprise us with each reading we make of the same image, being an important source for the study of history and memory.

Key words: history, memory, politics, childhood, new state

## 1.Introdução

História e memória, sempre vão estar juntas nas lembranças de quem busca significado nas suas histórias de vida como escreveu, Monteiro (2007), “memórias espontâneas” em sociedade. Assim, essas memórias podem despertar as mais belas sensações e emoções de lugares que nos evocam prazeres, vontades, gostos de uma época distante, juntamente com os, segundo a autora, “saberes ensinados e saberes aprendidos” em história.

Por outro lado, essas memórias também podem ser representadas através de imagens dentre as quais podem evocar amargas lembranças de uma época, na qual foi de intensa opressão, para quem as vivenciou. Por exemplo, imagens criadas com a intencionalidade de ascensão social, de um grande líder e/ou um ídolo. Segundo Ferreira (2002), “A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e evidências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente.” (2002, p. 321). Nesse sentido, a memória, uma vez evocada a partir da contextualização histórica, pode provocar o sentimento de pertencimento ou negação de um lugar, ou uma época, mesmo que esteja distante, invade os pensamentos que ludibriam os sentimentos mais íntimos do ser humano produzindo cultura própria do meio no qual, estão inseridos.

Conforme Bôas, em discussão em artigo publicado em (2013), escreveu que: “história possui uma memória” e a partir desses estudos sobre memória e representações sociais, discorreremos sobre essa temática pela importância que a mesma possui. Assim, lugar de memória também pode ser um livro, uma fotografia, uma pintura em uma tela, uma carta, um diário pessoal, arquivos que poderão conter grandes segredos de Estado e ainda, tudo aquilo que ao olhar de uma pessoa pode ser evocada uma história. Isso é uma singela definição, porque memória vai muito além disso. Entretanto, se tornou comum ouvir nos meios midiáticos, principalmente quando se trata de política que, o brasileiro é “um povo sem memória”. De acordo com Ferreira, ela diz que,

A aceleração do tempo e a preocupação com a perda de sentido do passado e com o aumento da capacidade de esquecer têm levado as sociedades contemporâneas a

demonstrar grande interesse em recuperar a memória e também a história. (2002, p. 325).

Diante dessa afirmação, discorreremos no sentido de argumentar o porque o brasileiro está sendo “rotulado” por ser “um povo sem memória”. Será que essa classificação tem sentido? Ou é mais uma forma de dizer que o brasileiro não sabe escolher seus representantes na hora de decidir para quem dará seu voto? Nesse sentido, qual memória estaremos dialogando neste artigo?

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a imagem enquanto categoria de construção de sentido histórico para o seu tempo, Estado Novo (1937-1945), período no qual governou Getúlio Vargas e, qual a importância para o tempo presente.

Com esse propósito, faremos uma análise em algumas imagens desse período histórico, dentre as quais foram criadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no qual aparece Getúlio Vargas se apresentando para as crianças do Ensino Primário. Com a intenção, de introduzir com sutileza sua ideologia desde a Educação Básica, sendo esta atitude uma estratégia oportunista para um chefe de estado, mas que lhe garantiria futuros patriotas e, conseqüentemente estabilidade política diante de seus eleitores.

Optou-se por esse estudo, pois partiremos do princípio de que a criança pode ser influenciada a partir do alcance valorativo da informação a ela emitido. Podendo vir a ser, desde muito pequena, mensageira desse conhecimento como modelo para lhe ser seguido. (Vygotski, (1896-1934), apud Cambi, 1999).

Nesse sentido, percebemos que o estudo da imagem está cada vez mais presente na pesquisa histórica, pois através da fonte iconográfica podemos buscar os fatos através da história e da memória para melhor entender os acontecimentos do presente. Contudo, sem a pretensão de valorizar os fatos, mas sim, de revelar algumas atitudes pretensiosas, nas quais não podem ser esquecidas na história, pois são importantes para entendermos a atualidade. Contudo, sabemos que no período em estudo, a educação foi utilizada como propaganda ideológica, política e social para o Estado-Novo, com o objetivo de mostrar que o governo, importava-se com a educação brasileira tendo a mesma, como prioridade em seu governo. Pensando nessa especificidade buscaremos primeiramente fazer uma breve reflexão sobre memória e a seguir sobre a infância, para entendermos melhor a abordagem política durante o Estado Novo. E também, diante das imagens nas quais serão analisadas. Isso é o que nos propomos neste trabalho/pesquisa.

## **2.História e memória**

A história e a memória têm se constituído, ao longo da trajetória do ensino e da pesquisa, como parte integrante e indispensável da história dos sujeitos que são construtores de história e cultura. Nesse sentido, a memória se vivifica através da história oral, nas narrativas historiográficas, sendo uma importantíssima fonte histórica, uma vez que, essas narrativas de memórias vividas se formam a partir das lembranças de sujeitos que presenciaram importantes acontecimentos, sejam políticos ou sejam sociais e culturais ao longo de um tempo vivido. Assim essas lembranças uma vez evocadas, através da memória, podem acarretar o aprofundamento de elementos históricos dentre os quais, não devem ser esquecidos ou apagados da história.

Diante disso, podemos lembrar que historiadores franceses foram os pioneiros a escrever sobre memória, principalmente depois que se deu mais atenção para a história das minorias em (1970), com a Nova história Cultural francesa. Como por exemplo, a história das mulheres, dos homossexuais e toda a forma de manifestação popular, enfim, de homens considerados comuns pela sociedade que era totalmente conservadora e excludente, assim permaneceu por muito tempo, favorável apenas para aqueles que detinham o poder.

Por esse viés, a memória se consolidou como fonte para a pesquisa no campo da história oral, uma vez que a memória também pode ser evocada a partir das lembranças dos sujeitos que fazem história, em suas experiências e, que possuem narrativas de acontecimentos riquíssimos de serem narrados e lembrados. Dessa forma, através da memória-política se busca experiências de grandes líderes e suas distintas formas de governar, bem como também lembranças de acontecimentos históricos que marcaram uma determinada época, na qual ao ser registrada pela historiografia, permite que possamos estudá-la sem deixar que seja esquecida na memória e história de um determinado povo.

A memória ainda foi muito utilizada no ensino de História nos anos Iniciais com o objetivo de “doutrinação” das crianças, pois durante muito tempo se fez uso de imagens de líderes políticos com a intencionalidade de que na memória dessas crianças, permanecesse o sentimento de que o Estado foi conduzido e honrado. De acordo com Fonseca:

As intenções das elites políticas dominantes, controladoras da difusão do conhecimento oficial, nos períodos ditatoriais no Brasil, eram explícitas nos currículos e materiais educativos. Nos primeiros anos de escolaridade, dever-se-ia desenvolver nos alunos determinadas noções e atitudes visando “ajustá-los”, “integrá-los” à realidade social e histórica, tendo em vista que grande parte da população estudantil brasileira não ultrapassava os limites da 5ª série do ensino fundamental (então denominados ensinos primários e depois ensino de 1º grau). (2006, p. 125).

Assim, esses conceitos ficaram incutidos de forma que, se criou o “mito” que permanece ainda na contemporaneidade. Essa é a razão na qual o brasileiro ganhou a pecha de

ser um povo esquecido, pois através da educação se desenvolveu um espaço para uma dada memória, como escreveu Fonseca. Dessa forma podemos observar que a memória foi utilizada de forma negativa pela ideologia política e que, ao passar dos tempos se percebe que no campo conceitual político, ainda se incorpora essa realidade. Sendo uma estratégia oportunista, na qual acontecia com mais frequência no âmbito educacional devido a vulnerabilidade do público infantil.

### 3.A infância enquanto categoria social da criança

Para refletirmos um pouco no que é ser criança, bem como no que é infância, iniciaremos compartilhando sobre os estudos da filosofia da infância. Entretanto, muitos estudiosos falam que ser criança é muito mais do que ter pouca idade, é não ter medo de errar, não ter medo de falar o que pensa, nem tão pouco se importar para com o que os outros pensam sobre ela, nem mesmo quando lhes são observadas, ao fazer uma travessura. E o que é infância? Dê acordo com Kohan:

A “infância” em qualquer das suas variedades históricas ou culturais, como categoria que exerce coerção ou que molda, é quando muito uma construção irregular ou cheia de brechas e não está à altura das sondagens, curiosidades e explorações infinitamente engenhosas e persistentes que caracterizam a atividade infantil. (1999, p.105 e 106).

Assim, entendemos que a infância é algo que foge ao nosso alcance, ela pode ser percebida, como uma fase pela qual a criança passa, sem objeções ou sentidos estabelecidos. Sendo uma especificidade da criança e que dependendo da sua cultura ou classe social, pode ser caracterizada, em diferentes categorias. Mas, como bem diz Kohan, 1999, sobre a infância: “[...] é quando muito uma construção irregular ou cheia de brechas”. E muitas vezes nessas irregularidades que estão os desafetos, os descuidos e as transgressões.

Entretanto, estudos de Ariès, (1914-1984) nos mostram que a infância ao longo da história social da criança, não foi percebida, ou seja, o sentimento de infância não existia, somente a partir do século XIII, que se começou a ter um despertar desse sentimento, ainda muito tímido, sendo a criança notada pelos adultos mais no sentido de “entretenimento” do que pelo sentido de um ser que necessita de afeto e cuidados, devido a sua fragilidade e inocência. Ainda nesse sentido, as representações da infância começaram a ter uma maior expressão a partir do século XVII, com o aparecimento dos retratos, e sem dúvida, com a arte iconográfica que representava a criança nas pinturas. Nas imagens da virgem Maria e do menino Jesus, por exemplo, as crianças são as que mais aparecem.

Ainda segundo o autor, “Foi também nesse século que os retratos de família, muito mais antigos, tenderam a se organizar em torno da criança, que se tornou o centro da composição.” (1984, p. 28). Podemos perceber que a história da arte e da iconografia foi essencial para a descoberta da infância, pois essa evolução se deu simultaneamente, ao se registrar as cenas de família, onde muitas vezes, as crianças eram representadas com características físicas mais de adultos do que delas próprias, com o corpo com musculatura desenvolvida como um adulto e com o rosto de criança, angelical. Essa era uma das representações comuns durante a Idade Média e que nos dá a percepção de ausência do sentimento de infância nesse período.

Percebe-se também, que não havia uma preocupação com a primeira educação que é dada no ambiente familiar, sendo esta delegada a outras pessoas. Nem mesmo com a educação destinada pelos mestres. Também em relação ao traje das crianças era o mesmo para meninos e meninas, as brincadeiras e todo o convívio social, inclusive nas quermesses, as crianças jogavam e se divertiam juntamente com os adultos.

Enfim, as relações cotidianas davam-se nos mesmos lugares para todos, sem a reserva de espaços destinados para as crianças. Assim, passou-se muito tempo para que essa realidade mudasse. Segundo o historiador Philippe Ariès, “sentimento de infância não é o mesmo que gostar das crianças, mas a consciência da particularidade infantil, essa singularidade que distingue a criança do adulto.” Dessa forma, sendo a infância uma especificidade da criança que é vivenciada por toda pessoa, uma vez que não existe adulto que não teve infância.

No entanto, com o advento da sociedade Moderna e conseqüentemente com o surgimento do sistema capitalista, essa condição de uma infância não percebida desaparece, ocupando a partir desse momento em diante uma preocupação ainda muito lenta em relação às especificidades e, necessidades das crianças, sobretudo com a educação institucionalizada e seus direitos perante o Estado. Assim, essa realidade perdurou por longos anos, até que de 1824 a 1969 com as constituições federais, algumas garantias em relação aos direitos das crianças foram se aprimorando, principalmente em relação a segurança e educação.

Entretanto o período no qual compreende este estudo, (1937-1945) do século XX, vivenciou-se no Brasil, o regime ditatorial no qual pregava uma educação “doutrinária”, desde a tenra idade. Assim, este estudo com imagens, analisaremos questões de patriotismo e infância, no qual mostrará como a abordagem política da época foi capaz de, se “promover” usando como meio para isso a propaganda política, na tentativa de passar aos eleitores a ideia de um líder carismático e exemplar.

Para tanto, sabemos que a história como ciência, se fundamenta em distintas vertentes teóricas e metodológicas, que se caracterizam por defender sua ideologia, bem como mostrar através da pesquisa, a razão de sua existência. Entretanto, neste trabalho a proposta de estudo fundamenta-se na Teoria da Consciência Histórica, proposta por Jörn Rüsen e também defendida por Luis Fernando Cerri. Para esse autor, em sua obra “Ensino de História e Consciência Histórica”, ele se refere à importância que tem a consciência histórica, não como um tempo distante, ou que fique apenas na memória, mas para o tempo presente, o hoje em projeto para o futuro.

Assim ele diz: “A consciência histórica, entretanto, não se resume ao passado e à memória, mas às projeções que fazemos para o nosso futuro.” (2011, p. 15). Por esse viés que se dá a ligação da consciência histórica no tempo presente para que possamos refletir e mudar o futuro. Ainda ter a percepção sobre o sentido que teve a imagem criada com o objetivo de “doutrinar” as crianças enquanto categoria de sentido social.

#### **4.O uso didático e pedagógico da imagem**

A pesquisa histórica para alcançar a veracidade dos fatos, baseia-se na leitura e interpretação das fontes primárias, que podem ser tanto documentos em arquivos, jornais publicados pela imprensa, testemunhos orais, imagens, fotografias, bem como, outros tantos que forem necessários, dependendo da necessidade que terá o historiador para esse fim. Entretanto, pensando na especificidade da imagem para a construção histórica Peter Burke nos diz que, “[...] a maioria foi feita para cumprir uma variedade de funções, religiosas, estéticas, políticas e assim por diante. Elas frequentemente, tiveram seu papel na ‘construção cultural’ da sociedade.” (2017, p. 278). Dessa forma, partiremos do princípio de que a pesquisa histórica através das fontes imagéticas pode nos propiciar uma considerável representatividade de significados, possibilitando-nos uma aproximação almejada, uma vez que, temos considerados estudiosos que nos revelam esse conceito. Como por exemplo, Alves 2017; Burke 2017; Joly 2009; Torres 2017, Bittencourt 2011 e outros ainda não citados neste trabalho.

Pensando nessa relevância, faz-se necessário refletir na importância que tem a imagem enquanto fonte iconográfica e para isso nada melhor do que começarmos dialogando com estudiosos das imagens para compartilharmos sobre esse estudo. Assim, Joly em sua obra “Introdução à Análise da Imagem”, nos diz que, “[...] interessar-se pela imagem é também interessar-se por toda a nossa história, tanto pelas nossas mitologias quanto pelos nossos diversos tipos de representações.” (2009, p.21 e 136). A partir dessa escrita,

entendemos que estudar as ilustrações nos possibilita viajar por diferentes épocas, culturas e tempos, bem como construir vivências e aprendizagens significativas por meio desta fonte histórica. Nesse sentido, Peter Burke em sua obra “Testemunha Ocular” escreveu que, a imagem pode nos oportunizar diferentes leituras dependendo da análise e sentido que se pretende alcançar com esse estudo,

O testemunho das imagens necessita ser colocado no “contexto”, ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante), incluindo as convenções artísticas para representar as crianças (por exemplo) em um determinado lugar e tempo, bem como os interesses do artista e do patrocinador original ou do cliente, e a pretendida função da imagem. (2017, p.282).

Nessa perspectiva, o estudo necessita ir além da imagem, buscar decodificar o conteúdo encontrado numa primeira vista, para então, partir para um segundo momento, em que se irá analisar o contexto político, histórico e social do período no qual a imagem foi criada. Dessa forma, podemos nos aproximar de um resultado mais promissor em relação aos acontecimentos. Ainda que,

[...] o historiador necessita ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos, mas significativos – incluindo ausências significativas – usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir. (2017, p. 282).

Com esse objetivo, trabalharemos a partir da análise de algumas imagens em que o chefe de Estado Getúlio Vargas, posa acompanhado com crianças. Essas imagens foram usadas para ilustrar as páginas das cartilhas do Ensino Primário durante o seu governo. Nesse contexto, trabalharemos no sentido de rememorar os acontecimentos históricos e políticos para que não fiquem esquecidos na história, bem como reconhecer a importância da imagem enquanto fonte para a pesquisa em história.

## **5.Contexto histórico-político, educacional e social do período**

O período histórico que compreende as décadas de (1937-1945) do regime ditatorial do Estado Novo, foi uma época de intensa instabilidade política, econômica e social para o país. Como chefe de Estado, Getúlio Vargas, mantinha relações internacionais com os principais compradores do maior produto cultivado no Brasil, no qual foi o café. Na Europa, era um período de forte tensão por conta da ameaça de eclosão da Segunda Guerra Mundial. Assim, o Brasil vivenciava um conflito interno e externo. Interno, pelos movimentos nazistas e fascistas, liderados por Hitler e Mussolini, nos quais se introduziram no país trazendo ameaças e conflitos para os brasileiros a partir da década de 1930. E externo por causa do conflito armado, que poderia se estender e chegar ao Brasil, e dessa forma acabaria de vez com a recente industrialização/nacionalização, que se almejava desenvolver. Além do fato

que, se os compradores falissem por causa da guerra, deixariam de comprar o café e o algodão brasileiro.

Com essa tensa situação, para o Brasil, seria melhor garantir uma boa relação entre os países beligerantes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), principalmente dos aliados, Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética. Para garantir, até onde fosse possível, uma parceria econômico-comercial, como meio de manter a condição de país que aspirava se desenvolver. De acordo com Boris Fausto,

Sob o aspecto socioeconômico, o Estado Novo representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato, era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. (2015, p. 201).

Dessa forma, Getúlio Vargas procurou manter em suas relações internacionais, uma postura de neutralidade política, não se envolvendo no conflito armado. Contudo, houve um momento no qual foi a “gota d’água” para que fosse rompida a aparente “boa relação”. Foi quando a Alemanha afundou os navios da Marinha de Guerra brasileira, onde causaram a morte de mais de mil pessoas. Assim, a partir desse instante em (1942), o Brasil entrou no conflito armado, enviando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), para a Itália como reforço dos países aliados. No Brasil, Getúlio Vargas manobrava de forma articuladora, sendo capaz desde um golpe para sua efetivação no Estado Novo (10 de novembro de 1937), até as mais simples práticas populistas. Segundo a articulação golpista Alves escreveu,

Entretanto, tudo já estava pronto naquela mesma data, ficando estabelecidas as articulações para a efetivação do ato em termos de poder civil e militar, passando a funcionar o aparelho repressivo e censório e instituindo-se uma nova constituição caracterizada pelo autoritarismo e pela concentração/centralização político administrativa. (2017, p. 38).

Ainda em relação às práticas populistas, essas convenciam não só os trabalhadores mais humildes de que Getúlio era o “predestinado” e que ajudaria os pobres, bem como as demais classes, nas quais de algum modo seriam beneficiadas, com essa “propaganda enganadora”, que já vinha se manifestando sutilmente desde a década de 30. Assim, nas palavras de Fausto, “A política trabalhista do Estado Novo pode ser vista sob dois aspectos: o das iniciativas materiais e o da construção simbólica da figura de Getúlio Vargas, como protetor dos trabalhadores.” (2015, p. 206). Getúlio Vargas desenvolvia um governo centralizador, com discursos e manifestos, onde estabelecia uma relação de “compromisso político” com a nação, bem como também, com a pretensão de manter a imagem de ser o “pai dos pobres”. Assim desenvolveu nos eleitores o sentimento de patriotismo pela nação, convencendo trabalhadores e inclusive as crianças, através de imagens nos materiais didáticos de uso nas escolas.

Para isso, durante o Estado Novo foram criados alguns departamentos, nos quais auxiliavam o governo, no sentido de controlar as críticas feitas pela oposição, bem como também, de promovê-lo com a criação de propagandas solidárias e patrióticas pela imprensa escrita e audiovisual. Dentre as quais, algumas com imagens de Getúlio Vargas, mostrando-se ser um político carismático e “provedor” da família perante o Estado. Sendo exaltado, como uma pessoa que zela pela justiça, preocupado com a educação e a cultura dos concidadãos. Nas palavras de Sosa:

Os meios de comunicação transmitiam aquilo que o Estado queria e a imagem do presidente era muito trabalhada no sentido de fazer com que o vissem como o condutor das massas, o líder capaz de conduzir o Brasil ao seu destino de progresso econômico e social. (2015, p. 10).

Dentre esses departamentos se destaca o Departamento de Imprensa e Propaganda, o (DIP), no qual foi um veículo de comunicação e controle social, responsável por toda e qualquer notícia que pudesse vir a ser publicada, para ou sobre o governo, assim, teria que ser autorizada pelo DIP. Segundo Capelato sobre essas práticas:

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime prometia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a expressão do bem e do bom. (2010, p. 123).

Nesse contexto, também houve essas práticas na educação sob o modelo de Orientação Educacional do Estado, a cargo do ministro Gustavo Capanema. Assim, se utilizou da educação para promover a imagem do presidente como propaganda, político ideológico e social. Vejamos a imagem abaixo.

**Figura: 1.**



Fonte: Google, acesso em (09/07/2018).

A imagem mostra realmente como se estabeleceu o regime ditatorial no Estado Novo. A ocasião é representativa ao desfile cívico em celebração ao sete de setembro, o qual ainda permanece na contemporaneidade, como forma de respeito e patriotismo à nação. O jovem representa o ideal de cidadão para a época, pois se mostra feliz, ao levantar a bandeira com um sorriso no rosto.

Dessa forma, cumpre com o dever ao estar estudando e desfilando devidamente uniformizado e ainda, carrega a bandeira que representa “Ordem e Progresso”, inspirado no Positivismo de Augusto Comte, “O amor como princípio; a ordem como base; e o progresso como meta” sendo essa, uma característica marcante do governo Getúlio Vargas. Entretanto, esse ideal foi um princípio a ser seguido através da educação sendo criado para isso desde as cartilhas a serem usadas pelas crianças do ensino primário, bem como, outras tantas propagandas alcançando os jovens e, os adultos no ensino superior. Hall (2011, p. 49), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”. Assim, utilizava-se um modelo coercitivo de educação, uma vez que manipulava o ideal de educação a benefício do próprio Estado, nesse caso Getúlio Vargas.

O modelo de educação, “importado” dos americanos, foi essencialmente voltado para o preparo de uma “mentalidade” configurada nos moldes disciplinares do poder que vigorava. Foucault, “O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.” De acordo com o autor, podemos ver que esse modelo se

estabelece de “cima para baixo”, ou seja, centralizado e intencional, trabalha de forma sublime, que por vezes pode até mesmo, se passar de forma despercebida pelos mais ingênuos. Ainda segundo o autor, “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” (2015, p. 12 e 45).

Para tanto, a educação durante o Estado Novo teve como princípio norteador as constituições de 1934 e, a de 1937. Contudo, essa não considerou as diretrizes educacionais que foram escritas na de 1934, que dava ênfase para um ensino mais humanitário. Sendo assim, uma atitude desrespeitosa e que descumpriu os princípios de uma educação pública e popular. Assim, Ghiraldelli Jr. escreveu,

A constituição de 1937, fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com a educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público. (2009, p. 78).

Dessa forma, a carta de 1937, não mostrava interesse em desenvolver uma educação geral na rede pública de ensino. De acordo com Aranha, “No Brasil, o positivismo influenciou as medidas governamentais do início da República e, na década de 1970, por ocasião da tentativa de implantação da escola tecnicista.” Ainda que, “O positivismo permeou de maneira eficaz a pedagogia daí em diante, ora de maneira explícita, ora camuflada.” (2006, p. 206). Por esse viés, a intenção se declara a partir de uma dualidade no ensino, sendo essa constituição oposta, ao sentido democrático e assim, se distancia da sua finalidade.

Nesse sentido de dualidade Ghiraldelli Jr. 2009, ainda escreveu que: “os ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir desse sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais.” (2009, p. 79). Assim, o ensino técnico compreendeu as seguintes modalidades: Industrial, Comercial, Agrícola e Normal.

Como vimos, à educação durante o Estado Novo foi conduzida pelo modelo americano de educação. O Brasil vivia sob forte influência externa, em vários setores institucionais. Entretanto, pregando uma ideia de nacionalismo e incentivando os trabalhadores nesse sentido, o modelo de educação americano perdurou, até o final de 1955. Assim, se priorizou o ensino técnico devido o país estar passando pelo processo de industrialização. Para isso, se buscou a qualificação profissional que atendesse essa demanda de trabalhadores para o mercado interno. Contudo, foram criadas algumas instituições como, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de





através da educação brasileira. Na qual foi apresentada de forma imprópria, sendo excludente e preconceituosa, pois classificava os estudantes desde a formação inicial por categorias profissionais de acordo com a condição financeira da família. Assim, os que possuíam melhores condições, seguiriam os estudos a nível superior. E os que estavam destinados para atuarem nas indústrias e comércio que se desenvolviam no país, o ensino técnico. Ainda havia a educação, destinada aos pequenos do ensino primário, nos quais desde a tenra idade, eram “doutrinados” a serem amáveis, respeitosos e obedientes primeiro com a família e assim educados, também procederiam com os seus governantes. De acordo com Pinsky:

No nosso país em certos momentos, o próprio Estado atuou no sentido de difundir as imagens que mais lhe interessava. A exemplo da Igreja na Idade Média, o Estado também cuidou dos seus “santos”, elaborando ou elegendo narrativas hagiográficas a respeito dos heróis da nacionalidade e de feitos exemplares a serviço do Brasil. (2009, p. 202 e 203).

Esta imagem também nos mostra, o quanto à disciplina foi valorizada neste regime ditatorial. Segundo Tota, “[...] estávamos diante de um Estado que, ao se implantar, se valia dos mais variados mecanismos para processar sua legitimação.” (1989, p. 184). As crianças seguiam uma rotina condutora de princípios e valores nos quais os cuidados com o corpo e o comportamento, os exigiam uma postura de centralidade. Quanto à disciplina nos espaços educacionais Foucault escreveu que, “A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.” E ainda nesse sentido:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (2010, p. 164 e 165).

Entretanto, esse modelo de educação perdurou por todo o governo de Getúlio Vargas, uma vez que não havia outra forma de aquisição do conhecimento escolarizado, principalmente para os filhos dos trabalhadores. A educação nas escolas católicas era muito caro, e assim sendo considerado um privilégio para poucas pessoas. Dessa forma, o analfabetismo prevaleceu na maior parte da população brasileira, contudo contribuindo para que o governo tivesse o controle e, ideal alcance nas campanhas populistas, assim o povo foi governado nos padrões Getulistas.

## **6.Considerações finais**

Como vimos durante o Estado Novo Getúlio Vargas desenvolveu ações e as praticou de forma autoritária e sem grandes mobilizações, pois tinha o apoio das maiores forças, como

parte dos militares e a burguesia. Entretanto, as maiores mudanças foram no sentido de desenvolver o país economicamente e para isso, fez reformas políticas nas mais diversas instituições, com intuito de manter o controle dentro do modelo trabalhismo/populismo e assim desenvolver a indústria de base e o comércio. Também manteve uma política de interesses internacionais, principalmente com os Estados Unidos, no sentido de fortalecer a economia através de empréstimos monetários e importação e exportação de matéria prima.

Dessa forma, essa política intervencionista refletiu fortemente no campo educacional. Fausto escreveu, “[...] sua maior preocupação se concentrou em organizar o ensino industrial, com o objetivo de preparar mão de obra fabril qualificada.” (2015, p. 202). Entretanto, essa característica foi marcante no sentido promover uma educação voltada para atender a demanda de operários. Através da educação Getúlio Vargas conseguiu promover-se e assim pregar sua ideologia política, bem como criar em torno de sua imagem uma “mitificação” que contribuiu para que alcançasse longos anos de governo. A proposta de educação pensada e praticada nesse período foi condizente apenas com os setores das indústrias e comércio, deixando a desejar para formar outros profissionais ligados a outras áreas do ensino superior. Ainda, preparando para o trabalho, essa educação se restringia a poucos, uma vez que no país os índices de analfabetismo eram assustadores.

Contudo como a história-política se desenvolveu e como, se usou de diversos mecanismos para esse proveito. Também, o poder que tinha e ainda tem a imprensa escrita e audiovisual para trabalhar a imagem de um líder, uma vez que essa, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi o principal meio para divulgar a imagem de Getúlio, bem como também de fazer o controle dos opositores desse regime ditatorial. A presença da filosofia positivista no Brasil, contribuindo para o controle e disciplina através da educação, foi sem dúvidas um elemento pelo qual se definia a condição de comportamentos e estilos de vida social.

No entanto, podemos perceber o potencial que possui a imagem como evidência histórica, enquanto fonte para a pesquisa; a quantidade de informações que uma análise, por mais simples que seja, pode extrair de uma imagem. Mais uma vez trazemos Burk para contribuir nessa perspectiva “[...] imagens nos permitem “imaginar” o passado de forma mais vívida.” (2017, p. 24). Em uma breve reflexão podemos perceber que a imagem está presente em meio à humanidade como forma de expressão simbólica desde os primórdios, nos dando testemunhos evidentes de como essa prática foi usual e ainda hoje permanece. Hoje se tem técnicas modernas de criar imagens. Porém em sua essência, a imagem continua a mesma, o

que pode mudar é a partir da análise que será realizada e objetivos em que se pretende através dessa fonte, como testemunho histórico.

Por fim, vimos como Getúlio Vargas conduziu através da política a educação, a cultura e a população do Estado. Como imagens, com crianças do Ensino Primário foram utilizadas para representar a “boa imagem” do governo e ainda; como a infância foi representada no sentido de mostrar o carisma de Getúlio, sendo essa (como tudo indica), menos importante do que a figura do presidente. Entretanto, foi um período de intensa “movimentação” política em todos os sentidos, em que podemos como professores/historiadores buscar através das fontes, o saber histórico tanto para o ensino de História, como para a escrita historiográfica.

### Referências

ALVES, Francisco das Neves. *A instauração do Estado Novo e a imprensa riograndina: o caso do jornal O Tempo*: Sosa, Derocina Alves Campos. *O Golpe do Estado Novo na Imprensa Gaúcha: algumas considerações*. O Estado Novo no Rio Grande do Sul e outros ensaios. Coleção, Biblioteca Rio-grandense. Lisboa / Rio Grande, 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil* / Maria Lúcia de Arruda Aranha. – 3. Ed. – ver e ampl. – São Paulo; Moderna, 2006.

ARIÈS, Philippe, 1914-1984. *História social da criança e da família*/ Philippe Ariès; tradução de Dora Flaksman. – 2d. – [Reimpr.], - Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BÔAS, Lúcia Villas. História e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. 244 cadernos de pesquisa v.45 n.156 p. 244 – 258 abr./ jun.2015.

BURKE, Peter, 1937. *Testemunha ocular: o uso de imagem como evidência histórica* / Peter Burke; traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos. – São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CAMBI, Franco, *História da Pedagogia* / Franco Cambi; tradução de Álvaro Lorencini. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAPELATO, Maria Helena. *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* In: FERREIA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida das Neves. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERRI, Luiz Fernand. *Ensino de história e consciência histórica* / Luiz Fernando Cerri. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

FAUSTO, Boris, 1930. *História Concisa do Brasil* / Boris Fausto; colaboração de Sérgio Fausto – 3. ed. atual. e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes: *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. *Microfísica do Poder* / Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

\_\_\_\_\_, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação brasileira* / Paulo Ghiraldelli Jr. – 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: entre História e Memória*. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). *História e Educação: territórios em convergência*. 1ed. Vitória(ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007, v. 1, p. 59-80.

OMAR KOHAN, David Kennedy (organizadores). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. – (*Série filosofia e crianças*; v.3).

RÜSEN, Jörn: *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica* / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão, 2º10.

TOTA, Antônio Pedro. *Estado e trabalhismo*. In: MENDES JÚNIOR, Antônio & MARANHÃO, Ricardo (org.). *Brasil história – texto e consulta: Era Vargas*. São Paulo: Hucitec, 1989, v. 4, p. 181 – 185.

